

# ONTOLOGIA DA LIBERDADE NA REDE<sup>1</sup>

## as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos

Henrique Antoun<sup>2</sup>  
Fábio Malini<sup>3</sup>

***Resumo:** Esse artigo visa, em retrospectiva, analisar os fundamentos políticos que regem os discursos de liberdade que são disseminados pelos atores que constroem a internet de hoje e de ontem. Esta análise visa extrair um modo de compreender a economia do poder em disputa, instaurada pelos diferentes atores em conflito da sociedade em rede. Para tanto vamos avaliar os processos de narração coletiva dos acontecimentos públicos, entendidos como laboratórios dessas disputas. Desta avaliação vai emergir que as novas narrativas multitudinárias vão fazer a passagem do modelo informacional das mídias, que privilegia a acumulação quantitativa proprietária de elementos, para o modelo comunicacional das multi-mídias, que privilegia a coordenação da ação coletiva nos movimentos.*

***Palavras-Chave:** Acontecimento; Biopolítica; Cibercultura; Comum; Multidão.*

---

### 1. Introdução

Na década de 1990, o uso da internet, associado às dinâmicas de produção e consumo de sites, transformou a rede num enorme laboratório da publicidade de grupos que povoavam a internet, sobretudo, as corporações e instituições estatais. E, de certa forma, até o final dos 90, a dinâmica de fragmentação, legitimada pela infinidades de redes de pequenos mundos, empurrava a web para uma experiência majoritariamente baseada no download de páginas, que deveriam – dentro da utopia de felicidade eterna da nova economia - se revelar, antes, como *start ups* de modelos empresariais do capitalismo de risco.

A internet de hoje se transmutou, sem dúvida. A atuação social, a mobilização e o engajamento viraram um valor da rede, contrapondo aquele pensamento de felicidade eterna da web comercial, que contaminava a economia e a política (Bifo, 2005). Em grande medida, essa metamorfose tem a ver com a emergência das dinâmicas ativistas, já no final dos 90, que

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “<Comunicação e Cibercultura>”, do XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, hantoun@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal do Espírito Santo, fabiomalini@gmail.com

fizeram resgatar o sentido originário *peer to peer* da internet, dando a ela um novo uso, ao promover diversas inovações que vão do Napster ao Pirate Bay, dos blogs aos mashups, dos sistemas de troca de arquivo às mídias sociais colaborativas, do jornalismo cidadão neozapatista à *tuitagem* iraniana.

Daí que, por ora, há todo um conjunto novo de disputas e conflitos sobre a produção e a regulação da liberdade na internet, na medida em que todo o valor capitalista está radicado em fazer os conectados livres permanecer dentro de limites programáveis e de conexões pré-estabelecidas, para recolher destes toda a sua produção social. É o paradigma de produção colaborativa do “tudo é meu” (Malini, 2008). Na contra mão deste movimento, há todo um movimento que visa inflar de liberdade a rede, a partir da disseminação de dispositivos que aceleram a socialização e o compartilhamento de conhecimentos, informação e dados, seguindo novos modelos de direito público, abrindo um conflito com a governança capitalista da liberdade na rede.

Esse artigo visa, em retrospectiva, analisar os fundamentos políticos que regem os discursos de liberdade que são disseminados pelos atores que constroem a internet de hoje e de ontem. Esta análise visa extrair um modo de compreender a economia do poder em disputa, instaurada pelos diferentes atores em conflito da sociedade em rede. Para tanto vamos avaliar os processos de narração coletiva dos acontecimentos públicos, entendidos como laboratórios dessas disputas. Desta avaliação vai emergir que as novas narrativas multitudinárias vão fazer a passagem do modelo informacional das mídias, que privilegia a acumulação quantitativa proprietária de elementos, para o modelo comunicacional das multimídias, que privilegia a coordenação da ação coletiva nos movimentos.

## **2. A liberdade “negativa”, ou o biopoder na internet**

A internet é um campo social, como muitos outros, onde a liberdade está em disputa. Na verdade, quando dizemos “liberdade” entende-se aí os mecanismos e atos autônomos de cooperação social que permitem o exercício do poder (e contrapoder), a produção social e a ativação psicológica de afetos. Em certo sentido, essa definição se complementa à acepção spinosista que define o homem livre como aquele que se realiza na sociedade civil, onde se vive de acordo com leis comuns, e não na solidão e no isolamento, onde se obedece apenas a si mesmo. A liberdade, de longe, não se esgota no sentido liberal de “direito de ter propriedade” (de ideias, de mercado, de terras etc), nem mesmo no sentido hobbesiano de

“ter força para suplantar o outro”. Hoje o cerne do debate sobre liberdade está no direito de produção autônoma de formas de vida, que não sejam atravessadas pela força estatal nem pela mercantilização do capital, mas por “direitos comuns” que as protejam e as liberem ao mesmo tempo. Não é á toa que o movimento social mais importante da primeira década do século XXI foi a disputa pelo controle dessa produção comum protegida e partilhada. Disputas endógenas ao capital - como a que contrapõe o Google à Microsoft exprimindo a forte tensão entre a computação em nuvem e a indústria do licenciamento - e exógenas a ele – a disputa entre a cultura da colaboração *p2p* e a cultura da permissão proprietária.

Na internet, o que se percebe é todo um movimento de redução da oferta de liberdade (travestida de inflação), que tem a ver com as medidas de cercamento (enclosures) da liberdade em sistemas controlados de informação – o império da liberdade mercantilizada na rede. Nesse sentido, tal como analisa Castells (2009, p. 421), dispositivos, como os da web 2.0, se transformam em estupendos instrumentos de negócios com a estratégia da mercantilização da liberdade para a acumulação de capital realizando o “cercamento da terra comum da comunicação livre para vender às pessoas o acesso às redes de comunicação globais em troca da renúncia à sua privacidade e de sua conversão em alvo da publicidade”.

Essa mercantilização da vida, ou das imagens da vida na internet, guarda relação com o debate teórico, aberto por Foucault, ao descrever que há um nova arte de governar a liberdade dos sujeitos, o biopoder, que investe na vida como um todo, ativando-a e a pondo a atuar. Essa nova arte opera com mecanismos que têm por função “produzir, insuflar, ampliar as liberdades, introduzir um 'a mais' de liberdade por meio de um 'a mais' de controle e de intervenção” (Foucault, 1977, p.92). Na lógica do biopoder, já não se governa somente o corpo da população, mas todo o seu meio ambiente, a sua comunicação, os seus conhecimentos e seus afetos, através da geração incessante de riscos, para limitar a independência (portanto, a ação livre), expandir o medo e a aceitação dos discursos e práticas de segurança, ora comunitária, do tipo guetizada, cuja sociedade dos perfis da internet serve de bom exemplo disso, pela sua configuração que dilui o comum e valoriza a solidão dos ególatras; ora informacional, em que o discurso da “credibilidade da informação” da grande mídia e seus *gatekeepers* é usada como algo seguro em oposição à multiplicidade de pontos de vista tecidos na cobertura informativa dos acontecimentos sociais, muitas vezes, realizada de forma absolutamente pessoal, por milhares de sujeitos na rede, que são logo estigmatizados como amadores ou quaisquer um.

Nesse sentido, a liberdade na rede, para aqueles que querem transformá-la em *commoditie 2.0*, é uma liberdade negativa, porque, antes, uma liberdade regulada por leis de direito autorais e propriedade intelectual, que permitem que o sonho fordista das corporações de mídia seja realizado: “transformar-se em grande fábrica que monitora as atividades de todos *online*” (Barbrook, 2002, Lemos, 2002; Bruno, 2008; Rheinghold, 2003; Sibília, 2009). E com isso são capazes de mobilizar um biopoder que produz discursos, práticas cotidianas, atitudes e processos de aprendizagem que são constituídas nas máquinas participativas da internet. Essa estratégia das corporações de mídia online acaba por intensificar a cultura dos fãs, que povoa a internet com a reprodução dos bordões e temas disseminados nos canais da mídia massa, ocupando a internet participativa com assuntos de momentos e uma agenda social efêmera e especular. A profusão dos sites de fãs de ídolos e programas da cultura de massa, as conversas recorrentes sobre os temas das TVs e grandes jornais, e as repetições em cascata de bordões e ritornelos propagandísticos erguem um gigantesco tsunami onde se guarda a maior parte do que existe na internet (Jenkins, 2006), em tudo distante da recombinação criadora e da atitude libertária preconizada em vários mantras (Terranova, 2004).

Além de mídias de fãs e celebridades (Jenkins, 2009; Primo, 2009), a internet participativa se vê mergulhada na lógica dos “pequenos Roberto Marinho” - uma classe de (micro) blogueiros e perfis de redes sociais cuja principal tarefa será a de caçar usuários pára-quadistas, pautando-se exclusivamente por assuntos do momento e por trocas incestuosa de *links* com outros blogueiros. Eles criam um campo restrito de perspectivas e configuram uma ecologia na qual as idéias e as informações são sempre as mesmas em diferentes blogs. Na verdade, trata-se de uma estratégia de extrair vantagens financeiras, publicitárias e de audiência, que transbordará, depois, na busca por modelos de negócio baseados na reunião desses micros *pop stars* da irrelevância online, que, ao final, funcionam como pequenas árvores em pequenos rizomas, à medida que buscam criar uma centralidade de acumulação (de capital todo o tipo) que vai trazer, somente para si, os dividendos políticos e monetários dessa cultura massiva dos fãs online, através da criação de comunidades virtuais que funcionam mais como efeitos especiais e, para usar um termo de Baudrillard, comunidades de ausentes (Baudrillard, 2006).

Para outros autores (Lessig, Benkler, Stallmann, Amadeu, Negri & Hardt, Bifo), ligados ao campo da análise da economia política da sociedade em rede, o efeito colateral

dessa “liberdade negativa”, promovida pelas corporações de mídia online, será a propriedade e a fragmentação dos bens comuns (*commonwealth*), mais do que uma busca incessante pela produção de repetições balbuciantes dos fãs online. Nessa perspectiva, a cultura se vê ameaçada pelos códigos de *copyright* estabelecidos pelo capital midiático, que estabelece os modos pelos quais os bens culturais devem circular e serem usados. Na onda 2.0, dá-se com uma mão para se retirar com a outra. “Nunca o *copyright* protegeu um leque tão amplo de direitos, contra um leque tão amplo de atores, por um tempo tão longo” (Lessig, 2005). A ponto de conteúdos inteiros dos cidadãos, ao ser transferidos por sites colaborativos da internet, tornarem-se propriedade intelectual de proprietários destes últimos. Exercido por uma multiplicidade de sujeitos, o poder de criar em rede (a colaboração) vai sendo cada vez mais freiado pelo poder de “pagar para criar em rede” (a permissão) praticado pelos oligopólios industriais da cultura e da mídia, que instauram uma espécie de feudalismo digital, em que o internauta torna-se preso à terra que ele mesmo povoa. Esses autores corroboram com a visão de Antonio Negri e Michael Hardt (2005), que sustentam que a propriedade privada dos bens informacionais só reduzem as capacidades de cooperação e de comunicação, que são as bases da inovação numa economia em que o valor se concentra na qualidade imaterial do trabalho, ou seja, na competência de incorporar nos processos e nos produtos informação, cultura e afeto. Daí que brota a crítica, pois que, sendo cooperativo o trabalho imaterial, o seu produto não se limita a ser propriedade um único indivíduo, senão de uma atividade comum cooperativa. Nesse sentido, a internet, na sua configuração econômica atual, veicula uma ideologia de liberdade desregulada, quando, na prática, é subsumida a arquiteturas e protocolos que mantêm a cultura sobre-determinada a um biopoder capaz de estimular a criação de subjetividades.

### **3. A liberdade positiva, ou a biopolítica na rede**

A existência de um biopoder midiático na internet, que controla a vida e se apropria da riqueza produzida em comum nas redes mais avançadas de computação em nuvem, não significa entoar um refrão apocalíptico que expresse somente a subsunção da vida no capital. Isso porque o trabalho imaterial da multidão não se esgota numa relação de comando ao biopoder. Todo processo de dominação encontra um limite, que pode se transformar em resistência. Nesse sentido, partir da noção de biopolítica reinventada por Antonio Negri, a partir do termo foucautiano e aprimorada por outros autores negrianos (Cocco, Hardt,

Antoun, Lazaratto, Pelbart, Bifo, Marazzi, Moulier-Boutang, Bentes, Szanieck,), a biopolítica é a potência da vida governar-se, os “espaços nos quais se desenvolvem lutas, relações e produções de poder”; e o biopoder, um poder contra a autonomia da vida, procurando fazê-la submeter-se a centros transcendentais de governo.

A biopolítica é um conjunto de atos de resistência e de contra insurgência de vidas que não se deixam capturar pelo controle e reivindicam uma economia da cooperação que mantenha os bens comuns dentro de um direito e de um espaço público, para além da noção que este deva ser regulado e garantido por um estado, portanto, por um agente de força exterior aos indivíduos, sem que isso seja uma experiência anárquica, mas de uma democracia que se constitui por direitos sempre abertos e potencializador da liberdade.

Na prática, num momento em que o biopoder cria e programa redes {de captura do comum}, não é de se estranhar que as redes de contrapoder funcionem da mesma forma, ou seja, criando e programando redes autônomas, antecipando sempre novos direitos e por desejar a democracia. Em sua teorização, Antonio Negri (2003) associa a biopolítica “como a representação material da capacidade do trabalho vivo (imaterial) de apresentar-se como excedente”. Isso significa que, mesmo em regime comando pós-moderno de destruição do comum e expropriação da cooperação, o trabalho imaterial excede o biopoder, porque pode ser realizado fora de uma relação de comando empresarial. E por ainda produzir resultados, no campo da inovação e da linguagem, por exemplo, que não ficam encarnados exclusivamente na empresa, mas diluídos em cada uma das singularidades que cooperaram para produzi-los. Daí que muitos autores problematizam a dimensão biopolítica da cópia, que, para além da fobia autoral capitalista, é ao mesmo tempo a condição para constituição de novos valores de uso, e também de troca, o que joga o capitalismo das redes para uma infundável contradição, pois que, sem socialização das cópias, não há novos usos criativos, logo não há valor de troca. Talvez o fenômeno biopolítico mais intenso, nesse sentido, seja o movimento de compartilhamento de arquivos peer to peer na internet, que foram capazes de fazer, numa espécie de darwinismo tecnológico do bem, arquiteturas de uso íntegras ao controle do biopoder, algo tematizado em trabalhos anteriores (Malini, 2002; Malini, 2005; Malini, 2009, Antoun & Peccini, 2007).

Podemos pensar que o poder da mídia de massa deixou de ser um poder moderno, sob a forma de uma ação sobre a ação presente, para se tornar um poder de controle, investindo a ação sobre a ação futura (Deleuze, 1992; Foucault, 2008). Mais do que um lugar disciplinar

de irradiação e circulação de palavras de ordem (Deleuze & Guattari, 1980; Foucault, 1977a), ele se revela como um poder de atualização da memória nas comunicações. No caso da mídia massiva trata-se de um monopólio sobre a atualização das informações; um poder de mobilizar, processar e narrar o passado, tornando-o atual. A massa só pode acessar o passado comum através das atualizações feitas pela grande mídia corporativa. Isto configura um imenso poder sobre os mecanismos de lembrança e esquecimento social das populações. Através dele eu relaciono um passado qualquer com um acontecimento da atualidade para balizar a decisão de agir do sujeito social. Este passado vai ser apresentado sob a forma de grafos e diagramas, dando foros de previsibilidade às imagens estratigráficas do que já foi que se transforma desta maneira em um *será*. Este passado é atualizado para mobilizar as esferas de decisão e ação social sendo preferencialmente investido para endossar ou inibir os programas eleitorais de candidatos a cargos executivos, as imagens públicas de candidatos majoritários em épocas de eleição e às discussões legais acopladas a decisões parlamentares para criação ou transformação de leis existentes.

A entrada em cena da internet veio quebrar esse monopólio da narração. Através de suas interfaces qualquer usuário podia tornar atualizável qualquer informação, liberando sua comunicação. O investimento comunicacional dos movimentos sociais e coletivos passava a responder pelo alcance ou frequência de uma informação qualquer, conectando entre si diferentes interfaces e promovendo sua disseminação (Antoun, 2004a). Não só os usuários podem conectar qualquer informação antiga que esteja na rede com uma atual; como eles podem determinar o alcance de uma informação atual, replicando-a por diferentes interfaces. A comunicação partilhada nas interfaces coletivas de parceria (peer-to-peer) reposicionam o tipo de passado que importa na decisão de ação. A estatística preditiva das imagens estratigráficas cede lugar aos projetos comuns dos coletivos comunicacionais. A questão deixa de ser a eliminação do que nos ameaça para se tornar a construção ou invenção do que nos interessa (Antoun, Lemos & Pecini, 2007). É, nesse sentido, que essa biopolítica da rede se ativa como uma liberdade positiva, no sentido que essa atividade dos usuários, de construir de forma singular, e nem por isso disputado, conflitivo e contraditório, um campo mais extenso dos significados dos acontecimentos sociais, em que entrelaçam narrativas que esmiúçam fatos, ideias dados, imagens, que ampliam a capacidade da rede de revelar sentidos que até então se reprimia na lógica *gatekeeper* dos mídias online tradicionais,

com a sua política para internet baseada na lógica baseada no olhe, mas não toque, em que desacreditar e descredenciar as mídias participativa dos usuários.

Temos neste debate dois pólos importantes. De um lado está em jogo a relação dos meios com as populações enquanto constituem um público; onde vai sobressair a questão do lugar que este público ocupa nesta relação. Trata-se de saber se ele é um consumidor relativamente passivo formado pelos produtos oferecidos pelo meio – produtos estes que participam ativamente de sua formação cultural conformando sua subjetividade -; ou se o público participa como um usuário, determinando ativamente os produtos de sua própria formação. Nasce daí a noção de que um amplo monitoramento e uma incessante vigilância devem fazer parte desta relação, pois aí estaria em jogo a formação dos sujeitos sociais e o comando da ação coletiva. Caberia às mídias cuidarem para os sujeitos fazerem parte da renovação da demanda social; seja preenchendo os papéis necessários à continuação da sociedade, seja querendo os produtos e serviços oferecidos pelas empresas. Caberia ao público não abdicar de seu lugar ativo em sua própria formação, rejeitando tudo o que pudesse subjugar-lo ou submetê-lo aos ditames da soberania social em detrimento da formação de sua subjetividade. São questões do saber cultural e do poder governamental envoltas na comunicação social (Antoun, 2009b).

Mas no outro pólo está a relação do sujeito com a verdade contida ou ausente no meio aonde ele vai se formar. Trata-se de pensar quais chances ele tem de desenvolver uma subjetividade própria, de pôr em questão as escolhas que o meio lhe oferece ou interdita em função de tornar-se este ou aquele sujeito (Foucault, 2004, p. 253-280). Um meio perverso recusaria ao sujeito qualquer chance de se furtar a um destino social tornado provável que o aguardasse e lhe acenasse antes mesmo de seu nascimento. A questão reconsiderada nesta perspectiva nos faz perceber o envolvimento da questão da justiça neste jogo do sujeito com a verdade de sua própria formação. Um meio de formação que predeterminasse completamente o sujeito seria totalmente injusto; o destino do sujeito teria sido escrito muito antes dele vir a existir e as narrativas de sua história sempre desembocariam em um certo grupo de resultados pré existentes ao seu surgimento (Deleuze, 1991, p. 93-116).

#### **4. Narrativa das multi-mídias: dos meios de informação aos meios de coordenação**

Assim, a notícia, que sempre esteve atrelada àqueles que detinham a capacidade de irradiar informação, hoje está em todos os lugares virtuais, que se comportam cada vez mais

como mídias de multidão (*multi-mídias*), ou seja, mídias cujas produções se dão de forma articulada e cooperativa, cujo produto final é exibido de forma pública e livre, para públicos específicos, que ao mesmo tempo, são mídias para outros públicos. A natureza das *multi-mídias* é de portar uma linguagem desencarnada da mediação da mídia irradiada, desorganizando o modo tradicional da notícia, ao mesmo tempo em que elas organizam uma linguagem cooperativa, dialógica, múltipla e comum. Esta linguagem vai criar uma onda integrada, revelando as perspectivas independentes de opinião. Talvez o exemplo atual mais amadurecido seja o do que aconteceu nos conflitos iranianos ocorridos após a reeleição de Ahmadinejad. O exemplo ilustra como a biopolítica das multi-mídias sofre tentativas de bloqueios do poder soberano, do poder disciplinar, do biopoder, ao mesmo tempo em que excede todos eles através da potência coordenadora da comunicação.

O caso é por demais conhecido. Em 12 de junho, após derrota nas urnas, Hossein Mousavi reivindica a vitória, acusando governo de fraudar as eleições, beneficiando assim o candidato da situação, Ahmadinejad. Um dia depois do resultado, ao mesmo tempo, nas ruas de Teerã, enquanto os apoiadores de Ahmadinejad comemoram a vitória, os de Mousavi, convocados via sms, entram em choque com a polícia. O resultado dos conflitos, no outro dia, foi a suspensão da rede de internet e de telefonia móvel, numa tentativa de desacelerar o processo de socialização e mobilização dos militantes. No contra ataque, *hackers* passam a oferecer endereço de *proxy* via *direct message* no Twitter, reconectando a cibercultura iraniana, que estava sem acesso aos serviços de telefonia local. A partir daí a internet torna-se o locus da informação e do compartilhamento de opinião sobre a insurgência iraniana. E o caso virará paradigma na história da comunicação por demonstrar que a narração dos acontecimentos públicos na web não prescinde de um encadeamento com a mídia irradiada, mas somente um entrelaçamento com a esfera de publicação dos próprios públicos das redes e mídias sociais online. Essa invenção biopolítica criou um novo uso para a web, a cobertura jornalística p2p das multi-mídias, em tempo real, baseada na *hashtag*, que será massificada através de seus para descrever micro acontecimentos cotidianos e grandes eventos internacionais. Não se tratava de participação, senão da construção de mídia livres e autônomas.

No Twitter a multidão coopera adotando a *hashtag* *#iranelection*. São 220 mil *tweets*/dia usando a *palavra-chave*, distribuindo fotos, vídeos, textos, áudios, enfim, toda uma gama de registros históricos que nenhum grupo de mídia detinha.

Em pouco tempo, o movimento era tão grande que, revoltados contra a pouca informação sobre os acontecimentos veiculada pela CNN, os usuários começaram a usar uma *hashtag* adicional: a *#cnnfail*, empurrando a rede de televisão americana para dentro da agenda midiática da multidão. “*Tiger Woods não é a história mais importante no mundo hoje #CNNfail*”<sup>5</sup>, afirmava o *tuiteiro* @lilobri, que criticava a insistência do canal de tevê em valorizar escândalos sexuais nos EUA no lugar de uma cobertura ampla sobre os assuntos globais. O *#cnnfail* foi subproduto de um dos maiores temores do biopoder online, o comentário. Este geralmente tem a função de revelar não somente omissões, mas as posições políticas, históricas e de classe do *poder em rede*. Não é á toa que os mídias tradicionais só liberam comentários naquelas reportagens que agitam os facistas ou acalmam os ingênuos. A partir do momento que o comentário ganha mais audiência do que a própria agenda midiática, as mídias são forçadas a mencioná-los, quando não investigá-los. No caso da eleição iraniana, como em outros casos, a multidão conectada executa um panóptico às avessas, em que as celas não param de monitorar a torre, disputando com a mídia corporativa a primazia da comunicação. Esse monitoramento vigilante contínuo das celas, numa cobertura *multi-mídias*, serve como um depurador da construção social dos acontecimentos na grande imprensa, em proveito próprio, por fazer esta martelar as idéias comuns que a multidão defende.

Mas o ciberativismo não reduziu a força policial contra os manifestantes. Nas ruas de Teerã os protestos se tornaram ainda mais violentos, após uma semana do fim das eleições. E o ativismo na rede, idem. A rede virou um campo de batalha entre os verdes e o governo de Ahmadinejad, que não vai inovar em nada no modo em que o poder exercido na internet e fora dela, sobretudo, quando os governos (democráticos ou não) são afrontados pela inteligência de enxame da rede. Ahmadinejad ataca, contra os militantes e suas *multi-mídias*, os três modos de poder clássico, o arcaico, o disciplinar e o biopoder. Ou seja, a polícia soberana arcaica entra nas manifestações com o direito de matar. E mata.

---

<sup>4</sup> Palavra chave que funciona como metadados, estimulando a agregação de upgrades pelos agentes de busca. Para o usuário, mostra as atualizações em tempo real sobre determinada temática, o que facilita a leitura de tendências de opinião na rede.

<sup>5</sup> Tradução nossa para “Tiger Woods is NOT the most important story in the world today [#CNNfail](#)” Sobre o *#cnnfail*, acesse <http://cnnfail.com/>.

Na comunicação a face disciplinar se revela com a supressão da atuação dos jornalistas correspondentes internacionais. Só o oficialismo disciplina as mentes nos canais de tevê públicos e privados. O efeito colateral será a transformação da internet em refugio da liberdade. Mais do que isso. O paradigma da *cobertura multi-mídias* nas revoltas dos verdes iranianos revela que os filtros humanos dos perfis na web são capazes de depurar as informações das bobagens, destinando aos seus público aquilo que verdadeiramente interessa. Ou seja, foi possível narra os acontecimentos sem a intermediação da mídia tradicional.

As *multi-mídias* já estavam instaladas, mas submetidas a um regime de controle e disputas. A elite teocrática passa a apoiar busca de Ips de blogueiros e tuiteiros no país, para que estes fossem prsos e torturados (em alguns casos, executados). A pressão do biopoder que provoca uma solução fantástica de dentro dos protestos: os iranianos pedem a blogueiros e tuiteiros globais que modifiquem o status de seus perfis para a “time zone + 3.30” (referente ao Irã). A lógica “todos somos iranianos” funciona, à medida que todos “cooperam” com o controle, criam um banco de dados que mais confunde do que monitora.

pls everyone change your location on tweeter to IRAN inc timezone GMT+3.30 hrs  
- #Iraelection - cont....5:24 p.m. June 16 (persiankiwi)

Ao mesmo tempo, o governo passa a criar perfis falsos na rede, simulando controversas e conflitos dentro do campo “verde”. Usava a mesmo anonimato do usuários verdes, seguindo, assim, a cartilha da guerra em rede. A atividade fake provoca no “mar dos verdes”, inversamente, o mesmo que a alteração da *time zone* no biopoder: dúvida e diluição da capacidade de articulação, o que forçava os indivíduos em rede a solicitar aos parceiros que não retuitassem (RT) os upgrades antes de confirmarem as informações. Os RTs, que se traduziam como uma operação de pertencimento à insurgência, construída ali, em tempo real, sofria um duro golpe na sua capacidade de espalhamento. O biopoder exercitava aquilo que mais gosta de espalhar sobre o que significa a internet: uma máquina de mentiras onde as informações, feitas, à revelia subjetiva e com contornos passionais, se transformam em narrativas de intolerância e ansiedade.

ok - tonight twitter is full of gov usernames. all users IGNORE all post except from reliable sources - #Iraelection 3:36 p.m. June 16 (persiankiwi)

## 5. Conclusão

A experiência iraniana, que depois se repetirá, em outros casos, como o de #honduras, #michaeljacson, #forasarney, #haiti, provocou uma nova linguagem jornalística, a “*hashtag storytelling*”, uma espécie de Napster da narrativa noticiosa, em que os internautas têm

acesso a tudo o que se publica na rede, de forma direta, ponto a ponto, de baixo pra cima, criando e participando um grande mural conversacional e uma comunidade virtual de notícia. Na prática, a narrativa noticiosa baseada em *hashtags* foi utilizada para troca de informação mútua, organização tática dos protestos, globalização dos fatos, localização de testemunhas/fontes, relatos multimídia de registros do cotidiano, promoção de ideologias, conversação social e agendamento da mídia.

Os protestos no Irã foram derrotados. E não houve nenhuma revolução tão euforicamente alastrada pelo mundo ocidental. Mas o saldo biopolítico foi o de colaborar com a paisagem das *multi-mídias* que excedem a “infra-censura” dos controles e bloqueios da rede. E diferente dos veículos tradicionais de imprensa, que são *meios de informação*, o que a biopolítica da multidão *online* tem empregado é a transformação das mídias sociais em mídias *de coordenação*. E mais do que isso, a “narrativa dos muitos”, com uso de *hashtag*, ultrapassa e reinventa a noção *breaking news*. Ela traz a autonomia para o modelo da mídia *online*, porque faz da vida e da história as condutoras do tempo real, ao não paralisar o tempo, mas apropriar-se dele e reterritorializá-lo com a narrativa coordenadora da ação coletiva.

### Referências bibliográficas

ADAMIC, Lada; BUYOKKOKTEN, Orkut; ADAR, Eytan. A social network caught in the web. *First Monday*, v. 8, n. 6, jun. 2003.

ANDERSON, Chris. **A cauda longa**: do mercado de massa para o mercado de nicho. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

ANTOUN, Henrique. Web 2.0 e o Futuro da Sociedade Ciber-cultural. *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*, v. 14, n. 27, 2009a, p. 235-245.

\_\_\_\_\_. A Produção dos Sujeitos: A tensão entre cidadania e alienação – a mídia e a reprodução social. In: VERONA, Humberto Cota *et alli* (orgs.) **Mídia e Psicologia**: Produção de subjetividade e coletividade. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2009b, p. 79-88.

\_\_\_\_\_. De Uma Teia à Outra: A explosão do comum e o surgimento da vigilância participativa. In: ANTOUN, Henrique (org.) **Web 2.0**: participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 11-28.

\_\_\_\_\_. Cooperação, colaboração e mercado na cibercultura. *e-Compós*. Brasília, v. 7, Dezembro. 2006. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/109/108>> . Acesso: 18/02/2010.

\_\_\_\_\_. O Poder da Comunicação e o Jogo das Parcerias na Cibercultura. *Revista Fronteira*, São Leopoldo/RS, vol. VI, n. 2, 2004a, p. 67-86.

\_\_\_\_\_. Democracia, Multidão e Guerra no Ciberespaço. In: PARENTE, André (org.) **Tramas da Rede**: Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004b, p. 209-237.

\_\_\_\_\_. Jornalismo e ativismo na hipermedia: em que se pode reconhecer a nova mídia. *Revista Famecos*: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre/RS, v. 1, n. 16, 2001, p. 135-147.

ANTOUN, Henrique e PECINI, André Custódio. A *Web* e a parceria: projetos colaborativos e o problema da mediação na Internet. *InTexto*, n. 16, 2007. Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br/intexto16.html>>. Acesso: 18/02/2010.

ANTOUN, Henrique; LEMOS, Ana Carla e PECINI, André Custódio. Código e luta por autonomia na comunicação em rede. In: FREIRE FILHO, João e HERSCHMANN, Micael (orgs.), **Novos rumos da cultura da mídia**: indústrias, produtos, audiências. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 263-290.

ARQUILLA, John e RONFELDT, David. Networks, Netwars and the Fight for the Future. *First Monday*, v. 6, n. 10, out. 2001.

\_\_\_\_\_. **Swarming and the Future of Conflict**. Santa Mônica: RAND, 2000.

\_\_\_\_\_. **The Advent of Netwar**. Santa Monica: RAND, 1996.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David; FULLER, Graham e FULLER, Melissa. **The Zapatista "Social Netwar" in Mexico**. Santa Monica: RAND, 1998.

BIMBER, Bruce e DAVIS, Richard. **Campaigning Online**: the Internet in U.S. elections. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

BOLTER, David Jay e GRUSIN, Richard. **Remediation**: understanding new media. Cambridge: MIT Press, 1999.

BRUNO, Fernanda. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. *Revista Famecos*: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre/RS, v. 36, n. 2, 2008, p. 10-16.

CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009.

CLEAVER, Harry. Computer-linked social movements and global threat to capitalism. Texas: Texas University, 1999. Disponível em: <<http://www.eco.utexas.edu/~hmcleave/polnet.html>>. Acesso: 18/02/2010.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Dobra**: Leibniz e o barroco. São Paulo: Papyrus, 1991.

\_\_\_\_\_. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mille Plateaux**. Paris: Minuit, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Le Courage de la Vérité**. Paris: Gallimard, 2009.

\_\_\_\_\_. **Le Gouvernement de Soi et des Autres**. Paris: Gallimard, 2008b.

\_\_\_\_\_. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

GALLOWAY, Alex. **Protocol**: how control exists after decentralization. Cambridge: MIT Press, 2004.

GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo e COCCO, Giuseppe (orgs.). **Capitalismo Cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOLDSMITH, Jack e WU, Tim. **Who Controls The Internet?** Illusions of a borderless world. Nova Iorque: Oxford University Press, 2006.

JENKINS, Henry. **Fans, Bloggers, and Gamers**: Media Consumers in a Digital Age. Nova Iorque: New York University Press, 2006.

JOHNSON, Steven. **Cultura da interface**: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

KAMARCK, Elaine Ciulla e NYE JR., Joseph S. (eds.) **Governance.com**: democracy in the information age. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2002.

- KOLLOCK, Peter. Social Dilemmas: The Anatomy of Cooperation. *Annual Review of Sociology*, n. 24, 1998, p. 183-214.
- KOLLOCK, Peter e SMITH, Marc. Managing the Virtual Commons: cooperation and conflict in computer communities. In: HERRING, Susan (ed.), **Computer-Mediated Communication**. Amsterdam: John Benjamins, 1996, p. 109-128.
- KOPP, Carlo. Information Warfare: a fundamental paradigm of infowar. *Systems: Enterprise Computing Monthly*, Fev.-Mar. 2000, p. 46-55. Disponível em: <<http://www.ausairpower.net/OSR-0200.html>>. Acesso: 18/02/2010.
- LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio. **Trabalho Imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LESSIG, Lawrence. **Code and other laws of cyberspace**. Nova Iorque: Basic Books, 1999.
- LEVINE, Rick; LOCKE, Christopher; SEARLS, Doc e WEINBERGER, David. **The Cluetrain Manifesto**: the end of business as usual. Cambridge: Perseus, 2000.
- MALINI, Fábio. Modelos de colaboração nos meios sociais da internet: uma análise a partir dos portais de jornalismo participativo. In: ANTOUN, Henrique (org.) **Web 2.0**: participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 83-100.
- MARTINS, Beatriz Cintra. **Cooperação e controle na rede**: um estudo de caso do *website Slashdot.org*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, 2006. Disponível em: <[http://www.pos.eco.ufrj.br/publicacoes/mestrado/dissertacoes\\_2006.html](http://www.pos.eco.ufrj.br/publicacoes/mestrado/dissertacoes_2006.html)>. Acesso: 18/02/2010.
- MUELLER, Milton L. **Ruling the root**: Internet governance and the taming of cyberspace. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.
- NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. **Commonwealth**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Multidão**: Guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Império**. Rio de Janeiro: Record. 2001.
- PRETTO, Nelson de Luca e DA SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Além das Redes de Colaboração**: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008.
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- RHEINGOLD, Howard. **Smart Mobs**: the next social revolution. Cambridge: Perseus, 2002.
- \_\_\_\_\_. **The Virtual Community**: homesteading on the electronic frontier. Nova Iorque: Harper Collins, 1993.
- RUSHKOFF, Douglas. **Coercion**: why we listen to what “they” say. Nova Iorque: Riverhead Books, 1999.
- SCHWARTAU, Winn. **Information Warfare**. Nova Iorque: Thunder’s Mouth, 1995.
- SIBILIA, Paula. **O Show do Eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- TERRANOVA, Tiziana. **Network Culture**: Politics for the Information Age. Londres: Pluto Press, 2004.
- TRIPPI, Joe. **The Revolution Will Not Be Televised**: democracy, the internet, and the overthrow of everything. Nova Iorque: Harper Collins, 2004.